Assunto: Informação à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Data: 28 de Junho de 2012

1. Petição à Assembleia da República: Enquadramento

1. Interpretando o amplo e genuíno movimento de protesto dos seus Associados perante a decisão governamental de aumentar de 13 para 23% a taxa de IVA no setor das Restauração e Bebidas, a AHRESP reuniu em poucas semanas mais de 34.000 assinaturas numa petição à Assembleia da República, determinando assim a reabertura do debate parlamentar em torno de uma questão que é de vital importância no combate à crise económico-financeira que assola o nosso País.
2. Apoiada na inabalável força da razão dos seus argumentos e na justeza dos seus alertas – que infelizmente a realidade se tem encarregado de confirmar a até de adensar – a AHRESP acredita, desde a primeira hora, que vale a pena solicitar aos deputados da Nação o aprofundado estudo, com rigor e sentido de responsabilidade, da difícil situação criada por um aumento do IVA ao arrepio da prática corrente em todos os países europeus que enfrentam também dificuldades financeiras extremas, como são o casos da Grécia, da Irlanda ou da Espanha.

2. O setor em Portugal. O nosso setor.

1. O Turismo assume-se como alavanca estratégica económica nacional, representando cerca de 14% do PIB Nacional, registando um volume de negócios de € 12 mil milhões e empregando cerca de 400.000 trabalhadores.
2. O setor do Turismo surge também como líder nacional das Exportações, contribuindo com mais de 8,1 mil milhões € para a balança corrente, representando 42,5% das Exportações de Serviços e apresentando uma taxa de cobertura das importações de 274%.
3. Por seu lado, o setor da Hotelaria, Restauração e Bebidas apresenta-se como vetor determinante na contribuição para o Turismo, o qual, para além de constituir segmento ou produto estratégico – Gastronomia - responde por um volume de negócios de € 9,5 mil milhões e empregando cerca de 350.000 pessoas, representando cerca de 73,5% do volume de negócios do Turismo e 95,2 % do número de pessoas empregadas no Turismo.

3. O Contexto Internacional

1. Importa começar por recusar a ideia instalada de que a subida do IVA para a taxa máxima no setor da Restauração e Bebidas em Portugal terá sido uma imposição da "troika" dado que tal não corresponde à realidade. Outrossim facto é que os serviços de alimentação e bebidas foram escolhidos pelo Governo no âmbito da revisão da Lista I e II anexa ao Código do IVA, essa sim imposta pela Troika com o objectivo de aumento da receita fiscal.

2. Bastaria, aliás, conhecer as decisões assumidas sobre o assunto pelos países europeus nos últimos tempos para entender que Portugal não está a seguir a tendência de abaixamento do IVA neste sector.

3. Atentemos, por exemplo, no caso da Irlanda, país também intervencionado pela "troika", que em julho de 2011 baixou a taxa do IVA da restauração para 9%, tendo já anunciado que a vai manter, em 2013, permitindo assim ao setor da Restauração e Turismo crescer.

4. Vejamos ainda os exemplos da Grécia e de Espanha, nossos concorrentes diretos na área do Turismo: o indigitado Primeiro-Ministro grego, Antonis Samaras, inscreveu no seu programa eleitoral o compromisso da redução imediata dos serviços de restauração de 23 para 9%, propondo que nos próximos três anos e todo o pacote turístico seja tributado a taxa de 5%; entretanto, o ministro do Turismo de Espanha, José Manuel Soria, acaba de recusar qualquer hipótese de subida do IVA no setor da restauração e turismo, atualmente nos 8%.

5. Acrescente-se o exemplo da França que, em julho de 2009, com base na recomendação da Comissão Europeia de julho de 2008, baixou a taxa do IVA da Restauração de 19,6% para 5,5%, uma medida que permitiu, em apenas um ano, criar 29.500 novos postos de trabalho e aumentar em 429 milhões de euros a receita fiscal do Estado.

6. Refira-se, finalmente, que, em setembro de 2011, o Parlamento Europeu, por entender o setor do Turismo vital para gerar crescimento e emprego, sublinhou a oportunidade de uma taxa reduzida do IVA aplicado ao turismo, como condição necessária para uma concorrência transparente entre as empresas turísticas no interior da UE.

7. Acresce a tudo isto a convicção de que a aplicação da taxa reduzida em alguns sectores tem o enorme potencial de atrair negócios para a economia formal.

8. Pergunta-se: Será que estão todos errados e só nós somos detentores da razão? Uma reflexão que se impõe a um país que assume o Turismo como potencial alavanca da economia.

4. Os Números da Realidade. A Força de um Estudo Independente.

1. Todas as previsões da AHRESP sobre as consequências do aumento do IVA no setor, por alguns consideradas demasiado alarmistas, acabaram por revelar-se, infelizmente, muito aquém da realidade.
2. De acordo com o INE, nos Setores da Restauração e Hotelaria, em apenas num ano (Março 2011 a Março 2012) o número de novos desempregados foi de 33.000 – três vezes superior ao acumulado de três anos, representando uma perda de postos de trabalho de 11,1%. Este volume de desempregados já custou ao Estado perto de 350 milhões de euros, resultado da perda de receita de IRS e TSU (€ 202,1 milhões), e do aumento de despesa com subsídios de desemprego (€ 144,7 milhões);
3. Entre Janeiro e Maio de 2012, face ao período homólogo:
   I. As receitas fiscais diminuíram -3,5% (-479,9 milhões €);
   II. As receitas de IVA diminuíram -2,8% (-164,7 milhões €);
   III. As contribuições para a Segurança Social diminuíram -3,1% (-173,7 milhões €);
   IV. A despesa da Segurança Social aumentou +6,0% (+525,9 milhões €);
4. Os números divulgados por entidades oficiais (INE, DGO, Ministério das Finanças) confirmam a força da nossa razão, o que não invalida que a AHRESP tenha solicitado à PwC e à Espanha e Associados – entidades independentes e de prestígio internacional – a realização de um aprofundado estudo da situação do setor, permitindo-nos assim levantar, analisar e monitorizar, com isenção, os dados em discussão.
5. Não obstante, enquanto se aguardam os resultados deste estudo independente, que estimamos que esteja finalizado dentro de 7 a 8 semanas, importa avançar desde já com a inversão do rumo traçado, até porque os dados já disponíveis são bem elucidativos do desastre anunciado. Daí que a AHRESP avance com esta proposta de ação.

5. A nossa Proposta

1. Assim:
   I. Na impossibilidade de refletir o aumento da taxa do IVA nos preços de venda, como consequência da quebra do rendimento e consoante perda do poder de compra e do consumo das famílias;
   II. Na impossibilidade de o incorporar, nas nossas inexistentes margens;
   III. Na presença de fortes pressões de Tesouraria e Fundo de Maneio;

IV. Na confrontação com o encerramento objectivo de milhares de micro e pequenas empresas, muitas delas familiares;

V. Na confrontação com a extinção de milhares de postos de trabalho;

VI. No quadro de surgimento de nova oferta em economia paralela informal e;

VII. No quadro de rutura da competitividade e da qualidade da nossa oferta turística.

2. Surge como uma inevitabilidade:

   I. A reposição da taxa de IVA dos Serviços de Alimentação e Bebidas para 13%, já no segundo semestre de 2012;

   II. A redução da taxa de IVA nos Serviços Alimentação e Bebidas, em 2013, para a taxa reduzida;

   III. A revisão legislativa, dando competências à ASAE para a fiscalização tributária (prova de pagamento dos impostos);

   IV. A dedutibilidade do IVA (percentagem a definir) em sede de IRS a particulares;

   V. A dedução integral do IVA das despesas de restauração utilizadas no âmbito da actividade económica do sujeito passivo.

3. É nossa convicção que estas medidas permitirão:

   I. A criação líquida de 30.000 postos de trabalho em 2013 e 2014;

   II. A intensificação do combate ao Desemprego, articulando com o IEFP, estratégias preferenciais de contratação de desempregados, inscritos nos Centros de Emprego, com bonificação na TSU;

   III. A intensificação do combate à Evasão Fiscal e à Economia Paralela (Concorrência Desleal), para a qual igualmente contribuirá a Campanha Nacional de Informação e Implementação.

   IV. O aumento das Receitas Fiscais.

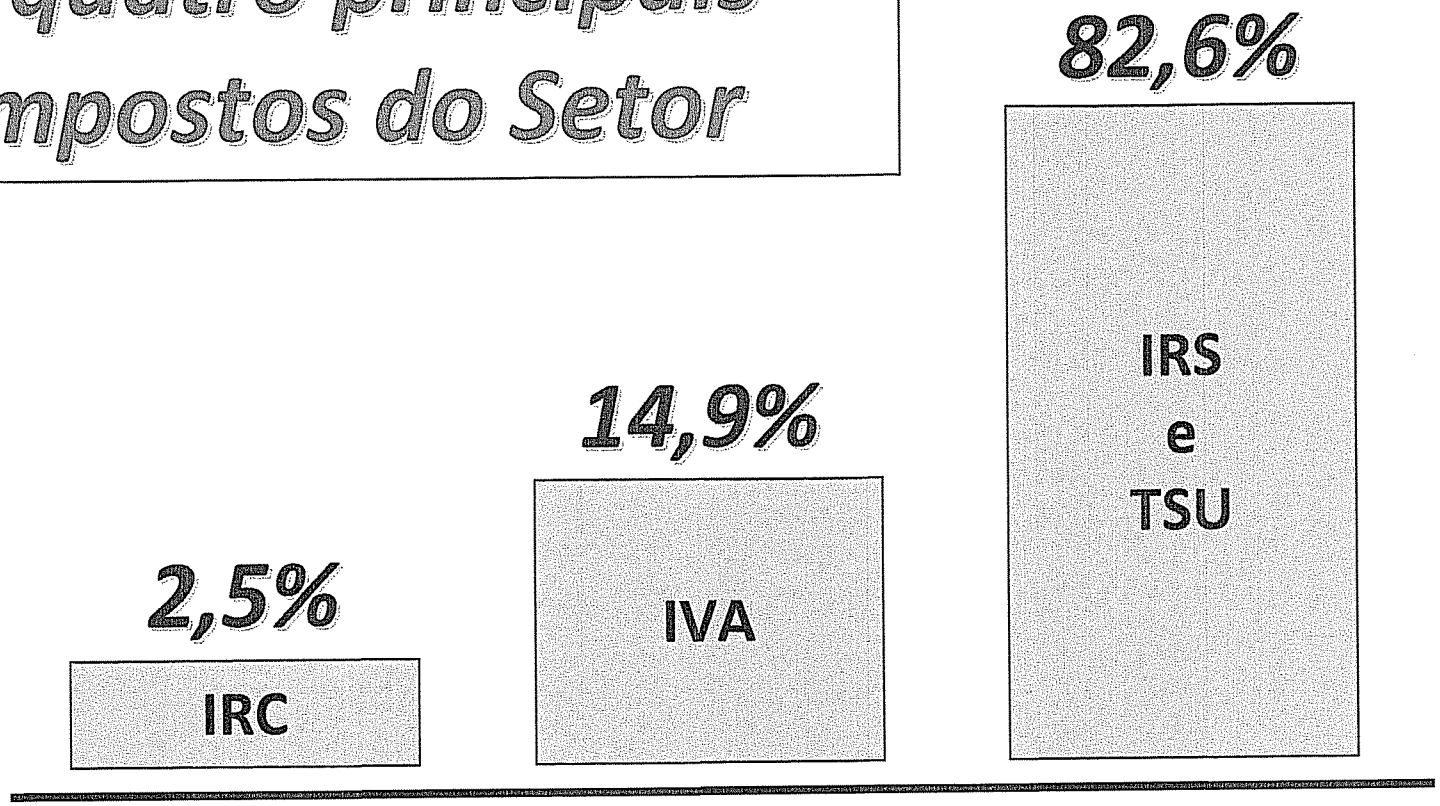
4. A AHRESP acredita que a reabertura do debate parlamentar sobre esta questão estará imune a preconceitos de caráter político-partidário. Daí que alimente a esperança de que as suas propostas de redução do IVA – complementadas por medidas de aumento do emprego e da receita fiscal do Estado – possam vir a ser acolhidas por todas as forças políticas representadas no Parlamento.

Os Impactos das Receitas Fiscais no Estado e nas Empresas

Receitas Fiscais - Distribuição

AHRESP®
ASSOCIAÇÃO DA HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E SIMILARES DE PORTUGAL
Instituição de Utilidade Pública

Os quatro principais impostos do Setor



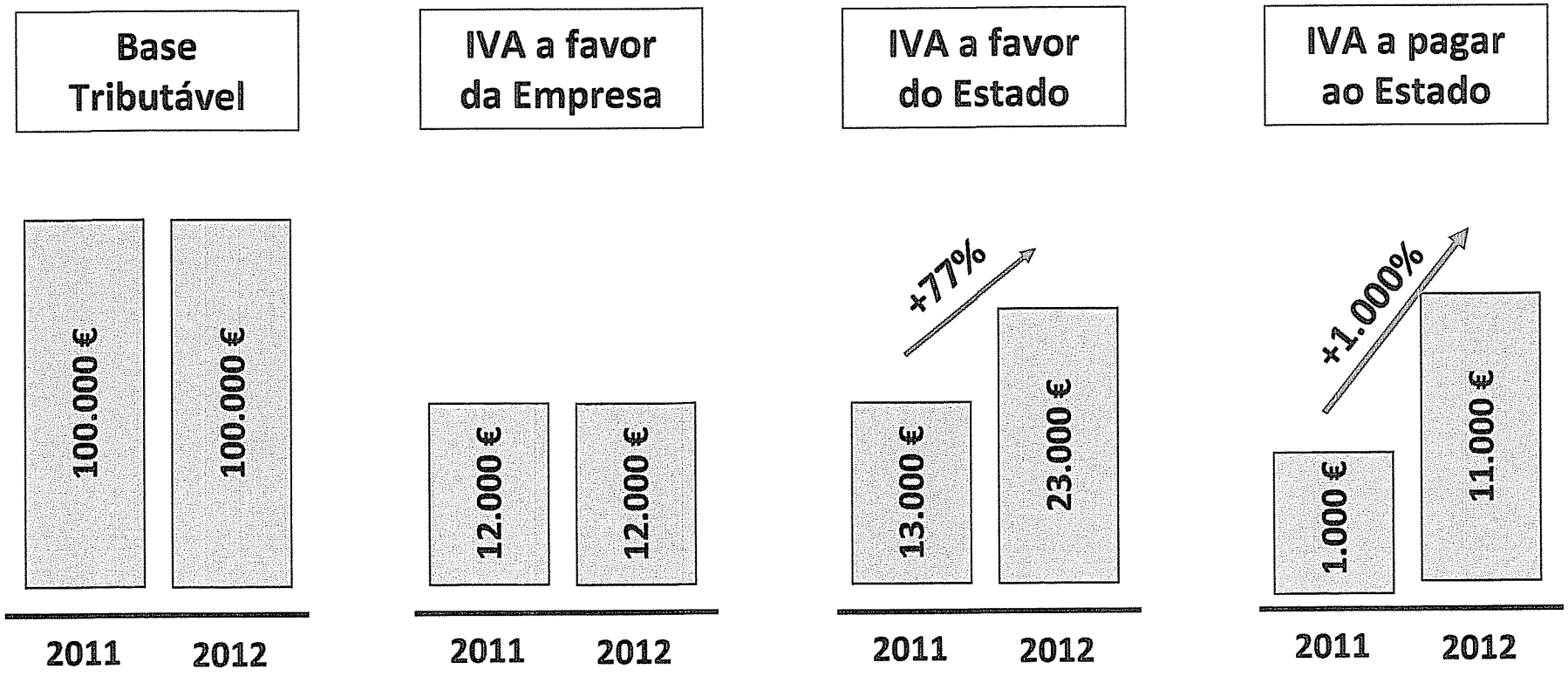
Fonte: Ministério das Finanças

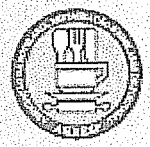
Impactos

AHRESP®

ASSOCIAÇÃO DA HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E SIMILARES DE PORTUGAL

Instituição de Utilidade Pública

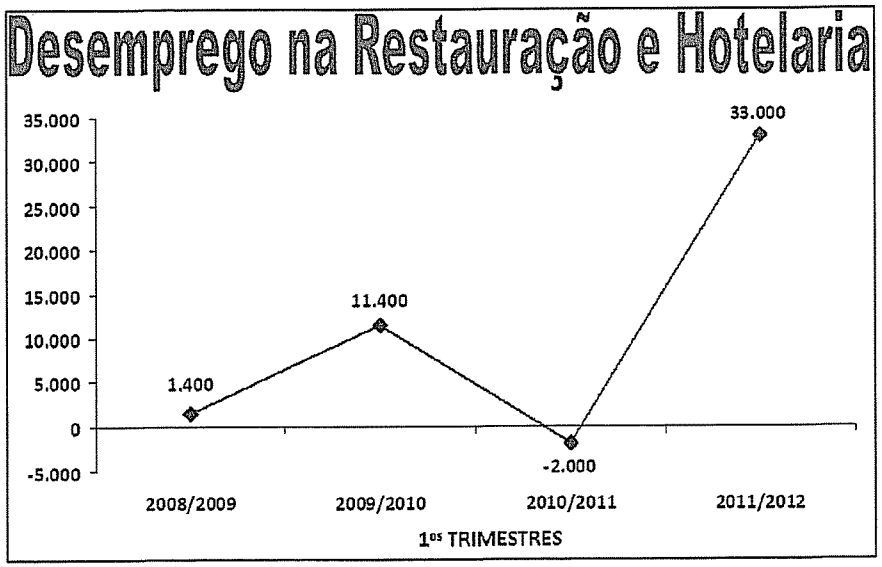


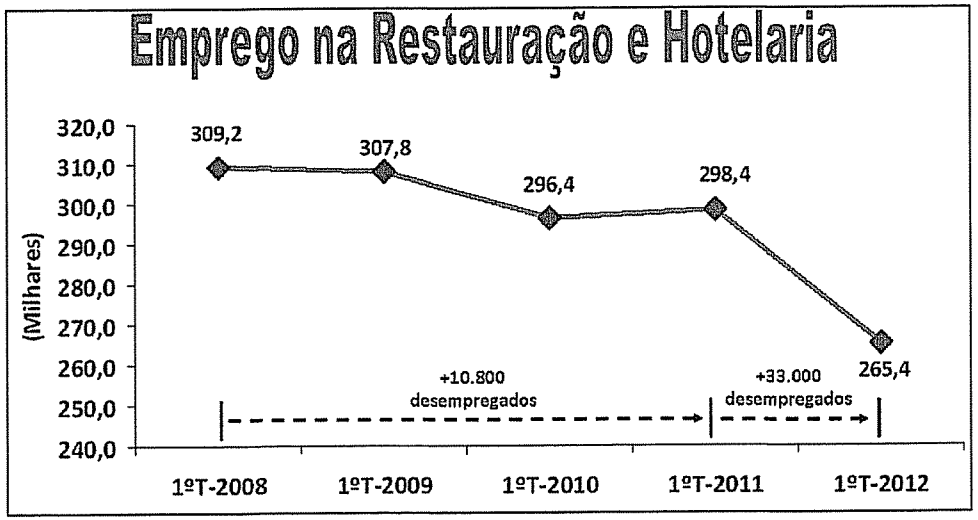


Explicação sobre o Cálculo do Aumento do IVA

- Se no 1º trimestre de 2011:
  - Existir uma base tributável de 50.000€, o IVA a favor do Estado (13% em 2011) desse valor foi de 6.500€ (50.000€ x 13%)
  - O IVA das compras for de 5.000€
  - É devido um pagamento ao Estado de 1.500€, que é a diferença entre os 6.500€ do IVA a favor do Estado, com os 5.000€ do IVA das compras
- Se no 1º trimestre de 2012 (menos vendas, menos compras):
  - Existir uma base tributável de 45.000€, o IVA a favor do Estado (23% em 2012) desse valor é de 10.350€ (45.000€ x 23%)
  - O IVA das compras for de 4.500€
  - É devido um pagamento ao Estado de 5.850€, que é a diferença entre os 10.350€ do IVA a favor do Estado, com os 4.500€ do IVA das compras

- Ou seja, o pagamento de 1.500€ do IVA a entregar ao Estado em 2011, aumentou para 5.850€ em 2012, o que representa um aumento de 290%!





Fonte: INE – Estatísticas do Emprego

- Conforme dados do INE, nos Setores da Restauração e Hotelaria, em um ano (Março 2011 a Março 2012), a quantidade de novos desempregados, +33.000, foi três vezes superior ao acumulado de 3 anos, e representa uma perda de -11,1% postos de trabalho.

- Apenas nos 3 primeiros meses deste ano, desde a entrada em vigor da taxa máxima do IVA para a Restauração e Bebidas, registaram-se mais 15.900 novos desempregados. Estes valores, se forem projetados para o total do ano 2012, atingem, e ultrapassam as previsões da AHRESP®, que previu uma perda de 47.000 postos de trabalho em 2012.

- Os 33.000 novos desempregados registados em um ano, já custaram ao Estado cerca de 346,8 milhões de euros, resultado da perda de receita de IRS e TSU (202,1 milhões €), e do aumento de despesa com subsídio de desemprego (144,7 milhões €).